

Estado do Rio Grande do Sul

## PROJETO DE LEI Nº 14 /2017

Câmara Mun. de Vereadores de Paraíso do Sul Protocolo Recebimento nº 14 12017 Recebi em 27103117 AS 14 H25 min Servidor María María

Dispõe sobre a Concessão de uso de bens móveis à Associação Bombeiros Voluntários de Paraíso do Sul e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar em Concessão de Uso Gratuito à Associação Bombeiros Voluntários de Paraíso do Sul, associação jurídica privada, inscrita no CNPJ sob nº 15.305.570/0001-67, os seguintes bens, no estado em que se encontram:

I – Ambulância, Diesel, Renault/Master Furg 9M3, 2002/2003, Cor Branca, Placa ILY 1112, Chassi 93YADCRE53J350851, RENAVAM 00832121398.

II – Veículo caminhão basculante, Diesel, VW 15.180, 2001/2001, Cor Branca, 14,5 PBT/180 CV, Placa IKA 7045; e Tanque de 4.000 l, registrado no Setor de Patrimônio e Tombamento, do ano de 1992.

Art. 2º Os bens cedidos destinam-se exclusivamente ao cumprimento das finalidades estatutárias da Associação Bombeiros Voluntários, especialmente a prestação de serviços voltados à preservação e combate a incêndios, resgates veiculares, salvamentos aquáticos, atendimentos pré-hospitalares, e demais atividades de prevenção de acidentes e de apoio à comunidade em geral.

Art. 3º A concessão de uso terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura do instrumento, com minuta em anexo, podendo ser prorrogado mediante assinatura de Termo Aditivo, pelo prazo legalmente previsto de mais 04 (quatro) anos, e desde que comprovado o interesse público e das partes.

#### Art. 4º Compete ao Município:

- a) Transferir a posse direta do bem a Associação Bombeiros Voluntários;
- b) Garantir o uso do bem no período de vigência da concessão;
- c) Fiscalizar o correto uso do veículo;
- d) Pagar as despesas decorrentes da manutenção e conservação do bem;
- e) Fornecer o combustível in natura ou ressarcir a respectiva despesa, bem como pagar o licenciamento, seguro obrigatório, taxa ou imposto porventura incidente.

#### Art. 5º Compete à Associação:

- a) Utilizar o veículo exclusivamente para a finalidade a que se propõe, não podendo ceder o uso do mesmo a terceiros, nem mesmo mediante aluguel ou subcontrato;
  - b) Garantir que o veículo seja conduzido por condutor devidamente habilitado para o

fim pretendido;

c) Zelar pela conservação do bem cedido;



Estado do Rio Grande do Sul

- d) Designar e manter o número mínimo de voluntários para atuarem na execução de suas finalidades estatutárias;
  - e) Fornecer o material, equipamento e treinamento necessário aos voluntários;
- f) Pagar taxas, impostos ou quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre a atividade por ela desempenhada;
- g) Devolver o bem objeto da concessão de uso imediatamente ao final do prazo de concessão ou, a qualquer tempo, após a cessação das atividades da Associação;
- h) Prestar contas do uso e permitir vistorias no veículo sempre que o Município solicitar.
- Art. 6º Em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas previstas nesta Lei e no Contrato, a concessão de uso será rescindida após notificação do infrator e garantida ampla defesa. Na hipótese de rescisão, o bem cedido deverá ser imediatamente restituído ao Município, nas mesmas condições em que recebido, ressalvado o desgaste natural pelo uso.
- Art. 7º Na hipótese de destruição parcial dos bens objeto da presente concessão, caberá à Associação Bombeiros Voluntários promover o respectivo conserto, ou, em caso de perda total, indenizar o Município pelo valor do bem.
- Art. 8º Eventuais despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de Dotações Orçamentárias próprias.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO DO SUL, 27 DE MARÇO DE 2017.

> ARTUR ARNILDO LUDWIG Prefeito Municipal





Estado do Rio Grande do Sul

Paraíso do Súl/RS, 27 de março de 2017. À Câmara Municipal de Vereadores

Senhor Presidente e Senhores (as) Vereadores (as):

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

O presente Projeto de Lei trata da cedência de uso de bens de propriedade do Município de Paraíso do Sul à Associação Bombeiros Voluntários, a saber: ambulância, veículo caminhão basculante e tanque.

A Associação foi fundada no ano de 2012, e teve utilidade pública reconhecida pela Lei Municipal nº 1285/2015. Desde sua fundação, presta serviços relevantes ao Município, carecendo, no entanto, de equipamentos e veículos para suporte às suas atividades.

O Município possuía concessão de uso com a Associação para o veículo caminhão basculante e tanque, cuja vigência está encerrada. Nesta oportunidade, acrescenta-se a concessão da ambulância.

Cabe ressaltar que os bens cedidos serão destinados exclusivamente ao cumprimento das finalidades estatutárias dos Bombeiros Voluntários, especialmente a prestação de serviços voltados à preservação e combate a incêndios, resgates veiculares, salvamentos aquáticos, atendimentos préhospitalares, e demais atividades de prevenção de acidentes e de apoio à comunidade em geral.

Frente à importância deste ato de cedência, e com a finalidade de agilizar os procedimentos, solicitamos a apreciação do presente projeto em **regime de urgência especial**, bem como sua aprovação.

Sem mais, Atenciosamente,

> ARTUR ARNILDO LUDWIG Prefeito Municipal





Estado do Rio Grande do Sul

# CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PARAÍSO DO SUL.

O MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 92.000.207/0001-84, com sede em sua Prefeitura Municipal, sito à Rua Max Retzlaff, nº 150, Centro de Paraíso do Sul/RS, CEP 96.530-000; neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor ARTUR ARNILDO LUDWIG, portador do RG nº 1012411854 e CPF nº 133.527.090-68, doravante denominado somente MUNICÍPIO;

E de outro lado,

A ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PARAÍSO DO SUL, associação jurídica privada, inscrita no CNPJ sob nº 15.305.570/0001-67, com sede na Avenida Primeiro de Janeiro, nº 947, Centro de Paraíso do Sul/RS, CEP 96.530-000; neste ato representado por seu Presidente, Senhor ELISEU DE FRANCISCO, portador do RG nº 5066697953 e CPF nº 954.633.720-04, doravante denominado somente BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS;

Tem entre si ajustado o presente CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO, sujeitando-se às normas regulamentares e mediante as cláusulas e condições ora pactuadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto conceder o uso de bem móvel abaixo descrito, no estado em que se encontra, de propriedade do MUNICÍPIO aos BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS:

- Ambulância, Diesel, Renault/Master Furg 9M3, 2002/2003, Cor Branca, Placa ILY 1112, Chassi 93YADCRE53J350851, RENAVAM 00832121398.

Mediante assinatura do presente Contrato, o MUNICÍPIO transfere a posse direta do bem cedido aos BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, permanecendo o domínio e a posse indireta do mesmo com o MUNICÍPIO.

O bem cedido destina-se exclusivamente ao cumprimento das finalidades estatutárias dos BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, especialmente a prestação de serviços voltados à preservação e combate a incêndios, resgates veiculares, salvamentos aquáticos, atendimentos pré-hospitalares, e demais atividades de prevenção de acidentes e de apoio à comunidade em geral.

Página | 1



Estado do Rio Grande do Sul

# CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA E ADMINISTRAÇÃO

O MUNICÍPIO, neste ato, entrega o bem descrito na Cláusula Primeira, livre e desembaraçado de qualquer ônus judicial e extrajudicial.

Os BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS poderão usar e gozar do bem ora transferido, como se seu fosse, enquanto perdurar a presente Concessão de Uso, devendo zelar por sua conservação e manutenção.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A concessão de uso terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura do instrumento, podendo ser prorrogado mediante assinatura de Termo Aditivo, pelo prazo legalmente previsto de mais 04 (quatro) anos, e desde que comprovado o interesse público e das partes.

## CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Transferir a posse direta do bem aos BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS;
- b) Garantir o uso do bem no período de vigência da concessão;
- c) Fiscalizar o correto uso do veículo;
- d) Pagar as despesas decorrentes da manutenção e conservação do bem;
- e) Fornecer o combustível in natura ou ressarcir a respectiva despesa, bem como pagar o licenciamento, seguro obrigatório, taxa ou imposto porventura incidente.

II - Constituem obrigações dos BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS:

- a) Utilizar o veículo exclusivamente para a finalidade a que se propõe, não podendo ceder o uso do mesmo a terceiros, nem mesmo mediante aluguel ou subcontrato;
- b) Garantir que o veículo seja conduzido por condutor devidamente habilitado para o fim pretendido;
- c) Zelar pela conservação do bem cedido;
- d) Designar e manter o número mínimo de voluntários para atuarem na execução de suas finalidades estatutárias;
- e) Fornecer o material, equipamento e treinamento necessário aos voluntários;
- Pagar taxas, impostos ou quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre a atividade por ela desempenhada;
- g) Devolver o bem objeto da concessão de uso imediatamente ao final do prazo de concessão ou, a qualquer tempo, após a cessação das atividades dos BOMBLATOS VOLUNTÁRIOS;

Página | 2

تر



Estado do Rio Grande do Sul

h) Prestar contas do uso e permitir vistorias no veículo sempre que o MUNICÍPIO solicitar.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RECISÃO E ALTERAÇÕES

A concessão de uso será rescindida na hipótese de descumprimento de qualquer das cláusulas previstas no presente instrumento após notificação do infrator e garantida ampla defesa.

Na hipótese de rescisão, o bem cedido deverá ser imediatamente restituído ao MUNICÍPIO, nas mesmas condições em que recebido, ressalvado o desgaste natural pelo uso.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA CONTINUIDADE DO CONTRATO EM CASO DE SINISTRO

Ocorrendo a hipótese de destruição parcial do veículo objeto da presente concessão, caberá aos BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS promover o respectivo conserto, ou, em caso de perda total, indenizar o MUNICÍPIO pelo valor do bem.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Os casos omissos ou excepcionais, não previstos neste termo, deverão ser submetidos, com brevidade e por escrito, à apreciação das partes e serão resolvidos de acordo com as leis civis em vigor, aplicáveis ao caso.

## CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Agudo/RS, com exclusão a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste Contrato, e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Contrato de Concessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para todos os efeitos legais.

Paraíso	do Sul/RS,de	de 2017.
Artur Arnildo Ludwig – Prefeito Municipal	Eliseu de Francisco – Pres	idente
Testemunha (nome) —	Testemunha (nome) —	
CAMA	RA MUNICIPAL	Página   3



Estado do Rio Grande do Sul

# CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PARAÍSO DO SUL.

O MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 92.000.207/0001-84, com sede em sua Prefeitura Municipal, sito à Rua Max Retzlaff, nº 150, Centro de Paraíso do Sul/RS, CEP 96.530-000; neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor ARTUR ARNILDO LUDWIG, portador do RG nº 1012411854 e CPF nº 133.527.090-68, doravante denominado somente MUNICÍPIO;

E de outro lado.

A ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PARAÍSO DO SUL, associação jurídica privada, inscrita no CNPJ sob nº 15.305.570/0001-67, com sede na Avenida Primeiro de Janeiro, nº 947, Centro de Paraíso do Sul/RS, CEP 96.530-000; neste ato representado por seu Presidente, Senhor ELISEU DE FRANCISCO, portador do RG nº 5066697953 e CPF nº 954.633.720-04, doravante denominado somente BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS;

Tem entre si ajustado o presente CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO, sujeitando-se às normas regulamentares e mediante as cláusulas e condições ora pactuadas:

# CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto conceder o uso de bem móvel abaixo descrito, no estado em que se encontra, de propriedade do MUNICÍPIO aos BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS:

- Veículo caminhão basculante, Diesel, VW 15.180, 2001/2001, Cor Branca, 14,5 PBT/180 CV, Placa IKA 7045; e Tanque de 4.000 l, registrado no Setor de Patrimônio e Tombamento, do ano de 1992.

Mediante assinatura do presente Contrato, o MUNICÍPIO transfere a posse direta do bem cedido aos BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, permanecendo o domínio e a posse indireta do mesmo com o MUNICÍPIO.

O bem cedido destina-se exclusivamente ao cumprimento das finalidades estatutárias dos BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, especialmente a prestação de serviços voltados à preservação e combate a incêndios, resgates veiculares, salvamentos aquáticos, atendimentos pré-hospitalares, e demais atividades de prevenção de acidentes e de apoio à comunidade em gera MARA MUNICIPA

Página | 1



Estado do Rio Grande do Sul

# CLÁUSULA SEGUNDA - DA ENTREGA E ADMINISTRAÇÃO

O MUNICÍPIO, neste ato, entrega o bem descrito na Cláusula Primeira, livre e desembaraçado de qualquer ônus judicial e extrajudicial.

Os BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS poderão usar e gozar do bem ora transferido, como se seu fosse, enquanto perdurar a presente Concessão de Uso, devendo zelar por sua conservação e manutenção.

# CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

A concessão de uso terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura do instrumento, podendo ser prorrogado mediante assinatura de Termo Aditivo, pelo prazo legalmente previsto de mais 04 (quatro) anos, e desde que comprovado o interesse público e das partes.

## CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- I São obrigações do MUNICÍPIO:
- a) Transferir a posse direta do bem aos BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS;
- b) Garantir o uso do bem no período de vigência da concessão;
- c) Fiscalizar o correto uso do veículo;
- d) Pagar as despesas decorrentes da manutenção e conservação do bem;
- e) Fornecer o combustível in natura ou ressarcir a respectiva despesa, bem como pagar o licenciamento, seguro obrigatório, taxa ou imposto porventura incidente.
  - II Constituem obrigações dos BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS:
- a) Utilizar o veículo exclusivamente para a finalidade a que se propõe, não podendo ceder o uso do mesmo a terceiros, nem mesmo mediante aluguel ou subcontrato;
- b) Garantir que o veículo seja conduzido por condutor devidamente habilitado para o fim pretendido;
- c) Zelar pela conservação do bem cedido;
- d) Designar e manter o número mínimo de voluntários para atuarem na execução de suas finalidades estatutárias;
- e) Fornecer o material, equipamento e treinamento necessário aos voluntários;
- f) Pagar taxas, impostos ou quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre a atividade por ela desempenhada;
- g) Devolver o bem objeto da concessão de uso imediatamente ao final do prazo de concessão ou, a qualquer tempo, após a cessação das atividades dos BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS;

Página | 2



Estado do Rio Grande do Sul

h) Prestar contas do uso e permitir vistorias no veículo sempre que o MUNICÍPIO solicitar.

## CLÁUSULA QUINTA - DA RECISÃO E ALTERAÇÕES

A concessão de uso será rescindida na hipótese de descumprimento de qualquer das cláusulas previstas no presente instrumento após notificação do infrator e garantida ampla defesa.

Na hipótese de rescisão, o bem cedido deverá ser imediatamente restituído ao MUNICÍPIO, nas mesmas condições em que recebido, ressalvado o desgaste natural pelo uso.

## CLÁUSULA SEXTA - DA CONTINUIDADE DO CONTRATO EM CASO DE SINISTRO

Ocorrendo a hipótese de destruição parcial do veículo objeto da presente concessão, caberá aos BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS promover o respectivo conserto, ou, em caso de perda total, indenizar o MUNICÍPIO pelo valor do bem.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Os casos omissos ou excepcionais, não previstos neste termo, deverão ser submetidos, com brevidade e por escrito, à apreciação das partes e serão resolvidos de acordo com as leis civis em vigor, aplicáveis ao caso.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Agudo/RS, com exclusão a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste Contrato, e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Contrato de Concessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para todos os efeitos legais.

Paraíso d	lo Sul/RS,de	de 2017.
Artur Arnildo Ludwig – Prefeito Municipal	Eliseu de Francisco -	- Presidente
Testemunha (nome) —CAN	ARA MUAYUTTANA (nome) —	Página   3

3